

de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o artigo 8.º e parte final do n.º 3 do artigo 10.º do decreto-lei supracitado, se procedeu à afectação/reaffectação dos trabalhadores do mapa de pessoal do Município de Lourinhã, com referência à Organização dos Serviços Municipais aprovada, ambas publicitadas na página electrónica do município.

23 de Maio de 2011. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Dias Custódio*.

304711287

MUNICÍPIO DE LOUSADA

Aviso n.º 11899/2011

No uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, determino que os trabalhadores infradiscriminados sejam nomeados na modalidade de contrato de trabalho a termo certo, por terem concluído com sucesso o período experimental, no âmbito de procedimentos concursais a que se candidataram:

Carla Isabel Fernandes Ribeiro da Silva, Luís Carlos Gomes Santos e Vera Cristina Pereira Lima na carreira e categoria de Assistente Técnico
Paula Conceição Pires Moreira, Paula Cristina Pinto da Silva e Sónia Cristina Ribeiro Soares, na carreira e categoria de Assistente Operacional (Cozinheiras).

3 de Março de 2011. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães*, Dr.

304699908

Aviso n.º 11900/2011

No uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, determino que os seguintes trabalhadores, sejam nomeados na modalidade de contrato de trabalho a tempo indeterminado, por terem concluído com sucesso o período experimental, no âmbito do procedimento concursal comum para ocupação de 5 postos de trabalho a tempo indeterminado, da carreira de Assistente Operacional:

Carlos Filipe Rebelo Barbosa, César Edgar Ferreira Moreira, José Pedro Fonseca Mendes, Paula Cristina Pinto Tomás da Mota e Sérgio Miguel de Sá Leão da Costa.

12 de Maio de 2011. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães*, Dr.

304699932

MUNICÍPIO DE MOGADOURO

Despacho n.º 7876/2011

Nomeação do comandante operacional municipal

António Guilherme Sá de Moraes Machado, Dr., Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e em cumprimento do n.º 4 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 21/2006, de 2 de Fevereiro, se torna público o despacho de nomeação do licenciado, António Duarte Barroso Soutinho, para o cargo de Comandante Operacional Municipal (COM), bem como a respectiva nota curricular.

1 — Considerando que a Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, vem definir o enquadramento institucional e operacional da Protecção Civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos Serviços Municipais de Protecção Civil (SMPC) e determina as competências do Comandante Operacional Municipal (COM);

2 — Considerando que nos termos dos números 1 e 4 do artigo 13.º do referido diploma, em cada Município há um Comandante Operacional

Municipal (COM), nomeado de entre o universo de recrutamento que a lei define para os Comandantes Operacionais Distritais;

3 — Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 21/2006, de 2 de Fevereiro, o recrutamento dos Comandantes Operacionais Distritais é feito de entre indivíduos, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam licenciatura e experiencia funcional adequadas ao exercício daquelas funções;

Determino, no uso da competência que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, conjugado com o artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 21/2006, de 2 de Fevereiro, a nomeação do licenciado, António Duarte Barroso Soutinho, para o cargo de Comandante Operacional Municipal (COM), em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos, com a remuneração de 1.424,61€ correspondente ao posicionamento entre o 3.º e 4.º, nível entre 19 e 23 da carreira de Técnico Superior, considerando que desempenhou funções de apoio técnico no Gabinete Técnico Florestal, desta Câmara Municipal, desde 2005.

A nomeação tem efeitos a partir de 1 de Junho de 2011, por urgente conveniência de serviço, importando de imediato, assegurar o exercício efectivo das competências cometidas ao COM, designadamente as previstas no artigo 14.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

António Duarte Barroso Soutinho, licenciado em Engenharia Florestal em 30 de Abril de 1996, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com Mestrado em Biologia do Desenvolvimento e Reprodução Vegetal, concluiu a parte curricular na Universidade do Porto (Faculdade de Ciências).

Investigador Científico — Técnico Superior na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro de 01/02/1996 — 31/03/1998

Projectos de investigação, nomeadamente Habitats naturais e cartografia da vegetação natural e semi-natural, financiados pelo programa CE-LIFE;

Caracterização ambiental da Bacia Hidrográfica do Douro;

Estudos de Impacte Ambiental de pedreiras, parques eólicos e barragens;

Criação e actualização de Bases Dadas da Flora de Portugal Continental e Espanha;

Identificação de espécies botânicas.

Técnico Superior no Parque Natural do Alvão de 01/04/1998 — 30/09/1998

Responsável pela Coordenação da Vigilância, 1.ª Intervenção e Combate a Incêndios Florestais na área do Parque Natural;

Responsável pela execução e acompanhamento de candidaturas financiadas ao abrigo da Comissão Nacional Especializada em Fogos Florestais;

Elaboração de Cartografia Digital e Levantamentos Perimetrais por GPS.

Docente — Assistente do 1.º Triénio de 01/10/1998 — 31/07/2004
Leccionou aos cursos de Engenharia Florestal, Agronómica, Biotecnológica e Ambiental;

Participou em diversos projectos de investigação.

Técnico Superior na Câmara Municipal de Mogadouro (Engenheiro Florestal) de 27/06/2005 — 31/12/2010:

Responsável pelo Gabinete Técnico Florestal;

Técnico Superior do Serviço Municipal de Protecção Civil;

Coordenador do Plano Municipal de Emergência;

Criação de Sistemas de Informação Geográfica;

Elaboração, monitorização e actualização do PMDFCI e do POM;

Elaboração e execução de candidaturas aos apoios comunitários.

Outras aptidões e competências

ArcGis;

Autocad;

Microstation.

Curso “Acção em Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios”, promovido pela Federação dos Produtores Florestais de Portugal, com a duração total de 568 horas, tendo obtido a classificação de 14,26 valores;

Curso “Segurança Pessoal no Combate aos Incêndios Florestais”, pelo Prof. Domingos Xavier Viegas (Universidade de Coimbra), promovido pelo Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais da ADAI e Universidade de Coimbra;

Curso “Planeamento e Avaliação de Planos de Fogo Controlado” pelo Prof. Dr. Hermínio Botelho e Eng.º Paulo Fernandes, organizado pela DGRF/UTAD;

Curso de “ArcGis 9.1-nível I” — organizado pela ESRI Portugal, Vila Real;

Curso de “ArcGis 9.1-nível II” — organizado pela ESRI Portugal, Porto;

Curso de Cartografia Digital (Microstation e AutoCAD) pelo Prof. Dr. João Bento, organizado pela Associação Portuguesa de Estudantes Florestais. UTAD;

Curso de Sistemas de Posicionamento Geográfico (GPS) pelo Prof. Dr. João Bento e Eng. Eugénio Varejão, organizado pela Associação Portuguesa de Estudantes Florestais.

UTAD;

Curso de “Competências Básicas em Tecnologias de Informação” — organizado por Trás-os-Montes Digital, UTAD;

Curso de Jovens Empresários na Área do Ambiente coordenado pelo Prof. Cat. Rui M. Cortes, com o apoio da Secretaria de Estado do Ambiente e do Consumidor. UTAD.

18 de Maio de 2011. — O Presidente da Câmara, *António Guilherme Sá de Moraes Machado*, Dr.

304705341

MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO

Aviso n.º 11901/2011

Gabinete de Apoio Pessoal/Vereadora Hortênsia Menino/ Nomeação de Secretário

No uso dos poderes que me são conferidos pelo n.º 3 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e na sequência de proposta que me foi apresentada pela Sr.ª Vereadora Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, nomeio Secretário do seu Gabinete de Apoio Pessoal o Sr. Alexandre Miguel Profeta Martins Carrasco.

Esta nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2011.

29 de Abril de 2011. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá*.

304707918

Aviso n.º 11902/2011

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 36 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, na categoria de Assistente Operacional, da carreira geral de Assistente Operacional — Cine Teatro Curvo Semedo, Aviso n.º 14659 do *Diário da República* n.º 142, 2.ª série, de 23 de Julho de 2010. Candidatos Aprovados:

- 1.º André Manuel Cigarro Casa Branca: 16,02 Valores
- 2.º Hugo Jaime Lobo de Barros: 15,42 Valores
- 3.º Paulo Jorge Caldeira Nabo: 15,21 Valores

No decurso da aplicação dos métodos de selecção prova de conhecimentos, avaliação psicológica e entrevista profissional de selecção, os candidatos excluídos são:

Daniel Silveira Gomes (a)

(a) Candidato excluído por falta de comparência no método de selecção, prova de conhecimentos.

29 de Abril de 2011. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá*.

304705196

Aviso n.º 11903/2011

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 36 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, na categoria de Técnico Superior, da carreira de Técnico Superior — Área Funcional de Engenharia do Ambiente, Aviso n.º 16694/2010 do *Diário da República* n.º 162, 2.ª série, de 20 de Agosto de 2010.

Candidatos Aprovados:

- 1.º Maria João Monteiro e Matos: 17,50 Valores
- 2.º Gilberto Ceita Diogo do Rosário: 12,30 Valores

No decurso da aplicação dos diferentes métodos de selecção, os candidatos excluídos são:

- Ana Isabel de Oliveira Monteiro (e)
- Ana Sofia Araújo Figueiredo (a)
- Anabela Martins Gonçalves (c)
- Anabela Pereira da Silva (c)
- André Ricardo dos Santos Alves (c)
- Bárbara Medeiros Marques Veloso (c)
- Célia Cristina Oliveira Ribeiro Casaca Machado (c)
- Cláudia Sofia Correia Biléu (b)
- Frederico André Almeida de Montezuma Pinto Barbosa (f)
- Luis Pedro Rodrigues Almeida (d)
- Maria Joana Donas-Botto Begonha (c)
- Maria João Ribeiro Costa Lima (e)
- Pedro Alexandre de Castro Almeida (e)
- Rui Filipe Abreu Caneira (c)
- Rui Pedro Gomes Luís (f)
- Susana Maria da Silva Sorneta (c)
- Tiago Monteiro Teixeira (c)
- Telmo Manuel Pais Fonseca (c)
- Vera Lisa dos Santos Baptista (b)
- Vitório Rafael Vieira Bernardino (d)

(a) Candidato excluído por não apresentar certificado de habilitações comprovativas da licenciatura.

(b) Candidato excluído por não possuir licenciatura em Engenharia do Ambiente.

(c) Candidato excluído por não ter comparecido à Prova de Conhecimentos.

(d) Candidato excluído por ter uma valoração inferior a 9,5 valores na Prova de Conhecimentos.

(e) Candidato excluído por não ter comparecido à Avaliação Psicológica.

(f) Candidato excluído por não ter comparecido à Entrevista Profissional de Selecção.

05 de Maio de 2011. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá*.

304707115

MUNICÍPIO DE MORA

Aviso n.º 11904/2011

Luís Simão Duarte de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Mora, torna público que o Regulamento do Conselho Municipal de Turismo, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 25, de 4 de Fevereiro de 2011, depois de decorrido o prazo para apreciação pública nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo sido registado sugestões e reclamações, foi aprovado por em reunião da Câmara Municipal realizada em 06 de Abril de 2011 e em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 21 de Abril de 2011, republicando-se de seguinte o texto integral do supracitado Regulamento.

3 de Maio de 2011. — O Presidente da Câmara, *Luís Simão Duarte de Matos*.

Regulamento do Conselho Municipal de Turismo

Preâmbulo

Face à dimensão e importância assumida pelo Turismo na economia, na organização e na gestão do território municipal, resulta incontornável que o planeamento estratégico e a gestão sustentável contemplem também o sector turístico.

Convém sublinhar que uma necessária sensibilização para a promoção e diversificação qualificada da oferta turística do concelho não se desenvolve de forma automática e espontânea, mas que se incrementa e acentua quando se cria um contexto favorável ao seu desenvolvimento, capaz de mobilizar novas sinergias, aumentar as redes de cooperação e implicar diferentes parceiros.

Em conformidade com o acima exposto, a Câmara Municipal de Mora considera a política de turismo local como um factor estratégico de desenvolvimento da economia e está fortemente empenhada na criação e consolidação de estruturas turísticas, modernas e dinâmicas, preparadas para responder aos desafios que o sector do Turismo enfrenta.

Assumindo-se o vector Ambiental, entendido no sentido lato do termo, como elemento preponderante da actividade turística em Mora, tendo o